



[boletim imprimivel](#) | [assinatura de graça](#) | [Números anteriores](#)

disponível em [Francês](#), [Espanhol](#) e [Inglês](#)

MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 185 - Dezembro 2012

NOSSA OPINIÃO

- **Frente à crise climática, quais os direitos que devem prevalecer?**

O FOCO DESTA EDIÇÃO: DIREITOS HUMANOS

- **Camponeses e camponesas: em busca do reconhecimento de seus direitos**

Nova resolução da ONU implica o reconhecimento integral das comunidades camponesas como detentoras de direitos humanos que devem ser defendidos. Trata-se de um marco na luta camponesa contra a marginalização, a pobreza extrema, as expulsões, a criminalização, ao reivindicar o direito à terra e ao território, e resistir não apenas à apropriação e à destruição dos ecossistemas, mas também à violação de seus direitos humanos enquanto camponesas e camponeses.

MEGAEMPREENHIMENTOS, DESTRUIÇÃO DE FLORESTAS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS: CASOS E DENÚNCIAS DO SUL

ÁFRICA

- **Petróleo e Direitos Humanos**

O petróleo não estimulou apenas o aquecimento global; ele estimula abusos de direitos humanos, incluindo a destruição de ambientes e de vidas humanas.

- **Libéria: Nosso futuro é agora - comunidades se reúnem para discutir a expansão do dendê e para reparar e prevenir violações de direitos humanos**

Sob o lema “Nosso futuro é agora”, mais de 15 representantes de comunidades situadas em áreas de concessão de dendê na Libéria se reuniram de 27 a 29 de novembro, na cidade de Bopolu – distrito de Gbarpolu – para discutir a expansão das plantações de dendê no país e os impactos disso sobre seus meios de subsistência.

- **Serra Leoa: plantações de óleo de dendê da Socfin violam os direitos humanos**

Afetados de 36 aldeias por plantações de dendê da empresa belga Socfin denunciam contínuas violações de seus direitos humanos por meio de assédio e intimidação, e perda de suas terras de cultivo.

ÁSIA

- **Indonésia: plantações de dendê e “florestas plantadas” industriais violam direitos humanos, destruindo a identidade dos povos indígenas**

As plantações de dendezeiros abolem o direito das comunidades a manter e manejar suas florestas,

levando à destruição destas por concessionárias que não podem ser controladas pelo governo nem pelas comunidades.

- **Filipinas: O preço, em mortes, do dendê e da mineração**
Em meio a invasão, apropriação, danos à cultura e assassinatos que abrem caminho para a expansão de empresas de dendê e mineração, mulheres e homens das comunidades locais resistem.
- **Malásia: plantações industriais de acácia violam e ameaçam os direitos dos povos indígenas**
Comunidades indígenas em Sarawak são afetadas pelas atividades do Grand Perfect Sdn. Bhd., um consórcio de três empresas que promovem 150.000 hectares de plantações de acácias em terras consuetudinárias (fundamentando-se no costume) pertencentes a comunidades. Cinco dessas comunidades defendem seus direitos à terra, denunciam os impactos dessas plantações e exigem que o governo cancele a licença da plantação.

AMÉRICA LATINA

- **Brasil: Belo Monte, um projeto hidrelétrico ilegal e imoral, que viola vários direitos**
O projeto é alvo de 53 ações na justiça por irregularidades; não foram cumpridas as condicionantes sociais, ambientais e indígenas estipuladas para minimizar os impactos da obra; os índices de desmatamento da região alcançaram recordes, bem como os índices de violência e assassinatos, e o custo de vida para a população local; saúde, educação, saneamento, segurança e outros serviços básicos entraram em colapso na região. Dezenas de organizações sociais de todo o país e do exterior solicitam que o Poder Judiciário brasileiro julgue as ações contra Belo Monte.
- **Honduras: Baixo Aguán – Grito pela Terra: novo vídeo denúncia violações do modelo explorador do dendê**
Na zona do baixo Aguán, o dendê viola os direitos humanos em seu sentido mais amplo: concentra a terra, desaloja populações, criminaliza e reprime com violência os protestos sociais, negando os direitos mais elementares a milhares de famílias camponesas organizadas.
- **Chile: comunidades mapuches recuperam seus territórios ancestrais usurpados por empresas florestais**
Sessenta famílias de comunidades lafkenches iniciaram um processo de recuperação de 2.000 hectares de suas terras ancestrais, que estavam sendo ocupadas de forma ilegítima pela florestal Mininco, um dos principais grupos econômicos do Chile.

POVOS EM AÇÃO

- **Senegal: Declaração Final do Fórum Internacional da Agricultura Familiar**
- **Indonésia: RSPO não toma medidas contra empresa que derruba florestas ancestrais e comete abusos aos direitos humanos**
- **Laos: Ativista social Sombath Somphone está desaparecido**
- **Declaração dos Movimentos Sociais da Ásia sobre Mudanças Climáticas, na Assembleia dos Movimentos Sociais da Ásia**
- **Chile: Suspensão das obras do projeto mineiro Pascua Lama**
- **Equador: Atacam e expulsam povos ancestrais do manguezal**
- **Bolívia: Carta dos povos da Pan-Amazônia**

RECOMENDADOS

- “Manufacturing Consent”
- “Empresas de mineração e plantações denunciadas por abuso de direitos”
- “World Summit on Sustainable Forest (-destruction)”
- “Mapa de conflitos mineiros na América Latina”

NOSSA OPINIÃO

- Frente à crise climática, quais os direitos que devem prevalecer?

Em Doha, Qatar, na 18ª Sessão da Convenção do Clima, as negociações em torno do REDD+ se complicaram. A discordância principal é sobre como verificar a redução de emissões no desmatamento que deveriam resultar de projetos de REDD+. Enquanto países do Norte defendem uma verificação externa, internacional, países do Sul querem fazer esse controle internamente. Sem acordo sobre este ponto, dificilmente os países do Norte disponibilizarão recursos para o REDD+. O que podemos dizer sobre este impasse?

Primeiro, é bom perguntar por que se discute a verificação da redução de emissões de carbono. É porque no debate sobre REDD, as florestas têm se reduzido a nada mais do que carbono, ou seja, à quantidade de carbono armazenada e emitida por elas. Essa é a questão central que interessa aos países do Norte, os quais buscam desesperadamente formas de reduzir as emissões de carbono que causam as mudanças climáticas, adiando as modificações drásticas e necessárias no seu próprio modelo de produção e consumo.

Se os países do Norte tivessem uma visão mais ampla da importância de conservar as florestas e combater o desmatamento, se considerassem todas as funções fundamentais das florestas e sua importância para os povos que dependem delas, não seria necessário discutir e implementar sistemas de verificação do carbono. Além do mais, esses sistemas são caros e não muito confiáveis, oferecendo uma ótima oportunidade para algumas grandes empresas de consultoria, de certificação e outros “especialistas” ganharem muito dinheiro. Calcula-se que esses gastos com monitoramento e verificação do carbono poderiam absorver até mais da metade dos custos de um projeto de REDD+. Ou seja, um desperdício enorme de dinheiro, mas uma boa oportunidade de negócio.

O sistema externo de verificação é uma pré-condição para garantir o REDD através de um “mercado de carbono”, ou seja, a possibilidade de países e empresas comprarem créditos de carbono do REDD, que lhes serviriam para compensar suas emissões e lhes dariam o “direito” de continuar poluindo. Para o capital financeiro, mais interessado nesse novo mercado que promete novos negócios especulativos, é necessária alguma garantia, que seria, nesse caso, a verificação da redução das emissões. Se não, fica difícil mercantilizar os chamados “ativos”, os papéis com valor de mercado, gerados pelo “serviço ambiental” de carbono.

Chama a atenção, também, o foco exagerado dos países do Norte na redução de emissões de carbono das florestas sob regime de REDD+. Calcula-se, hoje, que as emissões do desmatamento abrangem em torno de 15% de todas as emissões globais. Mesmo que seja uma quantidade razoável, é pouca comparada com os 85% de emissões restantes que ficam, numa perspectiva histórica, em grande parte por conta dos países do Norte global. Pergunta-se: em algum momento, os países do Sul exigiram um controle externo da redução drástica

necessária dessas emissões de carbono por parte dos países do Norte? E será que algum país do Norte aceitaria isso?

Ainda menos comentado é que no sistema de REDD+ de mercado, está embutida a ideia do “direito” de poluir de países e de grandes empresas do Norte. No entanto, trata-se de um “direito” que não consta de nenhum tratado ou declaração internacional. Trata-se de algo que é historicamente imposto, desde tempos coloniais, e que se viabiliza pelo poder atual dos países mais industrializados do Norte e das suas transnacionais, apesar da crescente ascensão de outros países, mas que aplicam a mesma lógica.

Neste boletim do WRM, queremos falar de outros direitos, os direitos humanos. Esses sim, são direitos consagrados em diversos tratados internacionais, inclusive o direito a um meio ambiente saudável, incluindo o direito a um clima equilibrado que permita às comunidades garantir sua sobrevivência e seu bem estar, seu modo de vida. Esse direito está sendo violado e corre enorme risco no futuro próximo. Nnimmo Basey, em seu artigo sobre petróleo e direitos humanos, observa que, se não deixarmos 80% das reservas de petróleo conhecidas hoje debaixo da terra, estaremos enfrentando um aquecimento global extremo, com consequências catastróficas.

Enquanto prevalece o “direito” de poluir por parte de uma minoria da humanidade, liderada por empresas transnacionais, estas últimas, como mostra este boletim, violam de forma constante os direitos humanos de comunidades afetadas por seus projetos. Continuam destruindo mais e mais florestas tropicais. Mas isso não se discute em Doha.

Os direitos humanos de todas e todos não podem ser subordinados ao “direito” de poluir de poucos, que visa basicamente garantir o lucro de empresas transnacionais. É inaceitável que essa lógica coloque em risco a sobrevivência da humanidade e do planeta, principalmente nos países do Sul. É urgente que a grande maioria da humanidade se mobilize e se organize cada vez mais para exercer seu poder legítimo, o poder popular.

[Início](#)

O FOCO DESTA EDIÇÃO: DIREITOS HUMANOS

-Camponeses e camponesas: em busca do reconhecimento de seus direitos

Desde a sua fundação, o WRM trabalha com direitos humanos na hora de denunciar os distintos processos de desmatamento por extração de petróleo, mineração, exploração de madeira, construção de represas e megaemprendimentos, expansão de monocultivos florestais e agronegócio em geral. Em cada um dos casos denunciados, os direitos de comunidades que vivem na floresta ou dela dependem são sistematicamente violados.

A continuidade e a identidade dessas comunidades se veem ameaçadas, elas próprias, não apenas pela destruição da floresta, mas também por esquemas conservacionistas que querem florestas vazias, sem comunidades. Esses projetos reducionistas, com fins lucrativos, negam a história e se impõem, às vezes com manipulações, outras, à força, destruindo todos os direitos: os de primeira geração (direitos civis e políticos), os de segunda geração (econômicos, sociais e culturais), os de terceira geração (direitos de solidariedade, que enfatizam o caráter unificador de sua incidência na vida de todos e incluem o direito a um

meio ambiente são, ar puro, água limpa e alimentos não contaminados).

A atual situação de concentração e expansão do capital, principalmente no marco do mercado financeiro, deu lugar a processos de mercantilização e financeirização da natureza, onde a concentração de terras adquiriu um papel cada vez mais preponderante. Esse avanço dos grupos empresariais e a especulação sobre os territórios se deram à custa da expulsão e da expropriação das comunidades camponesas, amplamente ignoradas e expulsas, apesar de que serem 1,2 bilhão de pessoas no mundo inteiro, entre camponeses e trabalhadores rurais.

Muitas comunidades camponesas estão incluídas em nossas campanhas a favor de florestas e outros biomas igualmente valiosos, bem como em nossa campanha contra as plantações de árvores. Com o desmatamento e a destruição ambiental, elas também perdem o sustento que obtêm dos produtos da floresta ou seu modo de vida e seu futuro, quando os monocultivos florestais cercam ou invadem suas terras agrícolas.

Até agora, os direitos de camponeses e camponesas não eram reconhecidos especificamente pela Organização das Nações Unidas, mas, fruto de longa batalha, em 27 de setembro passado, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, com o voto favorável de 23 Estados-membros, 15 abstenções e 9 votos contrários – entre eles, o da União Europeia – adotou a resolução A/HRC/21/L23, que menciona a necessidade de criar uma nova ferramenta internacional para a promoção e proteção dos direitos de camponeses – homens e mulheres – e outros grupos de trabalhadores rurais.

A iniciativa da declaração surgiu em 2008, durante a Conferência Internacional para os Direitos dos Camponeses celebrada em Jacarta, e foi apresentada na ONU pela Via Campesina.

A resolução estabelece um precedente e constitui um modelo a seguir, já que se reconhecem direitos novos, como a terra e território, a sementes e conhecimento agrícola, bem como práticas tradicionais, a meios de produção agrícola, a proteção dos valores agrícolas locais, entre outros.

Trata-se de uma vitória na luta das organizações camponesas, as quais cumprem um papel essencial na produção de alimentos e adquiriram uma enorme importância em termos de propostas políticas diante do crescente número de conflitos por terra, água, bem como para fazer frente à crise climática e à alta dos preços dos alimentos.

Foram elas, principalmente através da Via Campesina, que levantaram a bandeira da soberania alimentar, uma estratégia aberta, adequada e que implica começar a realizar mudanças apresentando respostas positivas a vários dos problemas criados por um modelo agroindustrial que não levou em conta os direitos humanos. As organizações camponesas colocaram sobre a mesa a necessidade de devolver a agricultura a camponeses e camponesas, tirando do agronegócio o poder que ele concentra, porque são eles, com uma agricultura familiar, em pequena escala, adequada, preocupada com o que, como e para quem se planta, que poderão contribuir em grande medida para o bem-estar de milhões de seres humanos e para uma possibilidade de futuro em um planeta habitável.

A proposta de que os camponeses possam resfriar o planeta é uma resposta positiva à mudança climática, respaldada por cifras que demonstram que se poderiam reduzir em mais da metade as emissões de gases do efeito estufa, desde que a agricultura deixasse de ser dos grandes agronegócios (ver Boletim 149 do WRM).

A resolução das Nações Unidas implica um reconhecimento integral das comunidades camponesas como detentores de direitos humanos que devem ser defendidos. De sua parte, os governos nacionais têm a responsabilidade de aplicar programas e políticas que promovam a soberania alimentar, as condições de vida no campo e a proteção de camponeses e camponesas, assim como são responsáveis legais pela proteção de seus direitos humanos.

Esta vitória é um marco na luta camponesa contra a marginalização, a pobreza extrema, as expulsões, a criminalização, ao reivindicar o direito a terra e território, e resistir não apenas à apropriação e à destruição dos ecossistemas, mas também à violação de seus direitos humanos enquanto camponesas e camponeses. Em muitas partes do mundo, os movimentos camponeses sofrem ameaças, campanhas difamatórias, prisões, julgamentos injustos, repressão e morte.

É por isso que a Via Campesina saúda a resolução da ONU, mas afirma que “a luta continua”.

Artigo baseado em “Vitória na defesa dos direitos humanos dos camponeses depois de luta difícil”, enviado por Isabelle Dos Reis, Via Camponesa, África 1 (África do Sul, Leste e Central) Maputo – Moçambique, <http://viacamponesafrica.blogspot.com/>, vcafrica@gmail.com

[Início](#)

MEGAEMPREENHIMENTOS, DESTRUIÇÃO DE FLORESTAS E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS: CASOS E DENÚNCIAS DO SUL

AFRICA

- Petróleo e Direitos Humanos

Os combustíveis fósseis têm movido as atuais formas da civilização há mais de um século e meio. Carvão, petróleo cru e gás possibilitaram que o mundo deixasse de usar seres humanos e animais como geradores de energia e passasse a máquinas que abriram o caminho para o consumo sem fim. O petróleo cru parece barato porque os custos reais são transferidos. Hoje, com os tempos de óleos fáceis terminando, assistimos a uma pressão pela extração em águas profundas e ecossistemas frágeis.

Alguns desses ecossistemas frágeis que já estão sendo perfurados incluem o Delta do Níger, a Floresta Amazônica e o Vale do Rift da África Oriental, onde petróleo e gás estão sendo explorados em ambientes imaculados e reservas naturais. As empresas petrolíferas e os políticos parceiros já estão buscando perfurar na região do Ártico (onde o derretimento das geleiras é visto como uma oportunidade e não um alerta), a Yasuni ITT, no Equador e a offshore Lofoten, na Noruega. As atividades poluentes deveriam ser claramente vetadas nestes lugares e em outros semelhantes.

O fim do petróleo fácil também está impulsionando maiores aventuras em fracionamento e extração mortífera de areias betuminosas no Canadá e em outros lugares. Enquanto o

fracionamento está fazendo crescer a oferta interna de petróleo e gás nos Estados Unidos, as areias betuminosas aumentam as exportações de combustíveis fósseis do Canadá e geram maiores níveis de degradação ambiental, com impactos à saúde que afetam claramente os direitos humanos dos cidadãos.

Agentes do fundamentalismo de mercado, como o Banco Mundial, fizeram alertas de que, a menos que 80% das reservas conhecidas de combustíveis fósseis sejam deixadas debaixo da terra, o mundo deve enfrentar aquecimento global extremo que teria efeitos catastróficos. Infelizmente, o Banco Mundial está promovendo projetos de energia com combustíveis fósseis sujos, incluindo usinas termoelétricas a carvão.

A humanidade precisa urgentemente sair da anestesia dos combustíveis fósseis para ser capaz de enxergar que a lógica extrativista simplesmente não é a maneira de sustentar um caminho de desenvolvimento que fracassou. Consumo e crescimento interminável apresentam o dilema da ganância sistêmica, ultrapassando a ganância e o desejo de acumulação de recursos que são inerentes ao ser humano. O crescimento interminável não reconhece que a natureza tem limites e requer períodos enormes de tempo para repor recursos esgotados.

Eu tenho um sonho. Eu tenho o sonho de que, um dia, plataformas de petróleo e estações flutuantes serão parques eólicos e solares. Eu tenho um sonho.

A impunidade dos vazamentos de petróleo

Vindo de um país onde anualmente se vomita em nosso ambiente um volume de petróleo cru igual ao de um Exxon Valdez, fica muito claro que o setor de petróleo é muito poluente. Segundo o senador Saraki, presidente do comitê do Senado nigeriano sobre meio ambiente, “o vazamento de óleo não é um negócio do petróleo, é um problema ambiental. Os vazamentos são um comportamento ambiental irresponsável.

O fato dos vazamentos acontecerem como resultado de exploração de petróleo não diminui o impacto sobre o meio ambiente. A Nigéria perdeu mais de 13 milhões de barris de óleo para vazamentos evitáveis”. O senador Saraki acrescentou: “Já foi reconhecido por vários relatórios, incluindo o Relatório do PNUMA, que 50% dos vazamentos de óleo na Nigéria foram resultado de corrosão da infraestrutura, 28%, de sabotagem, e 21% de operações de produção de petróleo. Um por cento dos vazamentos se deve a perfurações, incapacidade de controlar de forma eficaz os poços de petróleo, insuficiência de máquinas e atendimento inadequado em carga e descarga de navios petroleiros. Reabilitar os locais onde os vazamentos aconteceram é responsabilidade de quem deixa vazar. Simples assim. O número de locais identificados é de mais de 2.000. Na maioria deles, sabe-se quem vazou. Isto dá uma indicação do problema que já temos em nossas mãos”. (1)

É óbvio que não pode haver este nível de impunidade ecológica sem que os direitos humanos sejam constantemente pisoteados. Uma citação de um diretor-geral da Shell na Nigéria, em 1995, ressalta o fato de que a impunidade é boa para alguns negócios: “Uma empresa comercial que está tentando fazer investimentos precisa de um ambiente estável ... As ditaduras podem proporcionar isso.” (2) Esta declaração foi feita no início de 1995 e, em novembro, Ken Saro-Wiwa e oito outros compatriotas ogonis foram enforcados pela ditadura que estava no poder na Nigéria.

No início de 1990, quando a comunidade de Umuechem protestou contra as operações

petroleiras da Shell, a empresa enviou ao governo um pedido urgente de proteção, solicitando a "Polícia Móvel" – unidades conhecidas por sua brutalidade. O resultado foi uma onda de violência de dois dias, que deixou 80 pessoas mortas e cerca de 500 casas destruídas. (3)

Umuechem anunciava um reino de terror que chegou ao povo Ogoni, quando, anos mais tarde, ele se levantou em protesto contra operações petroleiras que resultaram em minúsculos benefícios locais, mas enormes custos ambientais. Novamente, a Shell contou com as forças de segurança nigerianas para garantir suas operações. Centenas de ogonis foram presos, torturados e mortos.

Os esforços para obter justiça levaram nigerianos impactados aos tribunais na Europa e nos Estados Unidos. Há o caso de quatro agricultores e pescadores que estão processando a Shell na Holanda por poluição na Nigéria. O Julgamento é esperado para 30 de Janeiro de 2013, nesse caso.

Em 2002, um grupo de demandantes nigerianos processou, evocando o Alien Tort Statute, em um tribunal federal dos Estados Unidos, uma empresa-matriz ligada à Shell, a Royal Dutch Petroleum, por auxiliar em execuções extrajudiciais, tortura e crimes contra a humanidade infligidos ao povo ogoni. Estes demandantes estavam morando nos Estados Unidos porque receberam asilo do governo, devido à perseguição que sofriam na Nigéria. Em 28 de fevereiro de 2012, o caso Kiobel vs Royal Dutch Petroleum (Shell) foi defendido perante a Suprema Corte dos Estados Unidos.

Desde então, a Corte ordenou uma segunda rodada de argumentos, que teve lugar em 1º de outubro de 2012. Este caso está atualmente na Suprema Corte, com a Shell lançando um forte ataque à proteção dos direitos humanos no tribunal, tentando esvaziar uma lei norte-americana de 200 anos de idade, chamada de Alien Tort Statute (ATS). Esta lei foi originalmente usada para processar piratas, mas se tornou uma maneira de mover ações contra pessoas físicas e jurídicas que cometem os piores tipos de abusos aos direitos humanos, como genocídio, tortura e crimes contra a humanidade.

Os argumentos da petroleira são interessantes: a lei dos Estados Unidos não deveria responsabilizar empresas por cometer as atrocidades mais graves. Também alegam que os tribunais norte-americanos nada têm a ver com a responsabilização de empresas multinacionais por abusos dos direitos humanos, principalmente os que acontecem em outros países..

Se fizer o que a Shell está pedindo que faça – conceder imunidade por abusos dos direitos humanos cometidas no exterior – a Suprema Corte permitirá que as megacorporações operem segundo um conjunto de regras diferentes em vários lugares do mundo, o que representaria um retrocesso de mais de 200 anos.

O petróleo não apenas impulsionou o aquecimento global; ele impulsiona abusos de direitos humanos, incluindo a destruição de ambientes e de vidas humanas.

(1) Abubakar Bukola Saraki, 2012. Lead Debate on a Bill for an Act to Amend the National Oil Spill Detection and Response Act 2006 to provide for Penalties and Compensation for Oil Spills and for Other Related Matters 2012. Abuja.

(2) Eduardo Galeano. 2000. Upside Down – A Primer for the Looking-glass World.

(3) Nnimmo Bassey. 2012. Why Human Rights protection Matter. Trechos desse artigo de opinião proporcionam material sobre o caso.

Nnimmo Bassey, Environmental Rights Action (ERA) e Oilwatch Africa, correio electrónico: nnimmo@eraction.org

Início

- Libéria: Nosso futuro é agora - comunidades se reúnem para discutir a expansão do dendê e para reparar e prevenir violações de direitos humanos

Sob o lema “Nosso futuro é agora”, mais de 15 representantes de comunidades situadas em áreas de concessão de dendê na Libéria se reuniram de 27 a 29 de novembro, na cidade de Bopolu – distrito de Gbarpolu – para discutir a expansão das plantações de dendê no país e os impactos disso sobre seus meios de subsistência.

Duas grandes empresas de dendê atuam na Libéria: a Sime Darby, com sede na Malásia, tem a concessão de 311.187 hectares, por meio de um contrato de 63 anos com o governo da Libéria, assinado em 2009. A empresa tem permissão para plantar 220.000 hectares de dendê. A outra empresa atuando no país é a Golden Veroleum, controlada pela Golden Agri, com sede em Cingapura, com um contrato de 65 anos sobre uma área de concessão de 350.000 hectares.

A Conferência foi organizada pelas ONGs liberianas Sustainable Development Institute (SDI), Savemy Future Foundation (SAMFU) e Social Entrepreneurs for Sustainable Development (SESDev), e facilitada por membros da Development Education Network na Libéria.

O evento permitiu um importante intercâmbio de informações de três dias entre as comunidades do distrito de Cape Mount, já afetadas pelas plantações de dendê da Sime Darby, e as comunidades de outros três distritos da área de concessão, que ainda não estão sendo afetadas. A participação de ativistas internacionais oriundos de países com uma longa experiência em impactos das plantações industriais de dendê, como Indonésia e Nigéria, também contribuiu para que as comunidades pudessem ter acesso a todas as informações relevantes sobre plantações de dendê e seus impactos, ouvir o que aconteceu na vida das pessoas em outros lugares e, mais importante, saber sobre como elas se organizam e lutam para deter as plantações industriais de árvores, ao mesmo tempo em que garantem seus direitos sobre seus territórios e modos de subsistência.

Uma queixa geral ouvida durante a reunião foi o fato de as pessoas não terem sido informadas nem questionadas se queriam que as plantações de dendê cobrissem grandes áreas de seus territórios. Em vez disso, receberam muitas promessas da empresa, das quais pouco ou nada aconteceu na prática. Vários testemunhos de pessoas afetadas pela Sime Darby em Cape Mount mencionaram graves violações de direitos humanos, tais como a perda de terras agrícolas cruciais para assegurar alimentos e soberania alimentar para as famílias. Outras queixas incluíram a poluição da água e a conseqüente falta de acesso a água potável.

Também foi mencionada a perda de áreas florestais das quais as pessoas dependem muito para sua subsistência. As florestas também cumprem um papel na manutenção de tradições religiosas que estão em risco quando as plantações de dendê destroem locais sagrados em

áreas de floresta. Apesar de terem sido criados empregos, também foram ouvidas muitas queixas sobre o tipo de trabalho que tem sido oferecido – não qualificado e, muitas vezes temporário – apenas a algumas das comunidades. Além disso, as pessoas reclamaram dos baixos salários e da falta de contratos de trabalho que incluam o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores. (Mais sobre os impactos das plantações de dendê da Sime Darby pode ser encontrado em <http://www.wrm.org.uy/publications/Liberia.html>, uma recente publicação da SDI em colaboração com o WRM).

Concluiu-se que a contínua expansão em grande escala do dendê na Libéria está beneficiando principalmente as empresas, e não as comunidades nem o Estado liberiano que, por meio de seu governo, assina contratos de concessão com essas empresas. Também se mencionou que os contratos abrangem um período muito longo, de mais de seis décadas, durante o qual as empresas de dendê podem fazer uso das terras dos povos quase de graça. As empresas também têm direito a benefícios fiscais e, depois desse período, as terras irão para o estado liberiano, em vez de serem devolvidas às comunidades.

A nova lei de terras atualmente em discussão na Libéria foi considerada como um processo fundamental que deve ser acelerado, e pode contribuir para a prevenção de futuras violações dos direitos humanos em função da expansão do dendê, através da garantia efetiva dos direitos das comunidades sobre seus territórios, terras e florestas de que dependem. Outra política básica que precisa ser colocada em prática e enfatizada por representantes de organizações de agricultores é o apoio dos governos à agricultura dos povos e à luta pela soberania alimentar para suas nações.

Está mais do que evidente, a partir de todas as experiências em países do Sul, que a pequena agricultura pode garantir grande parte dos meios de subsistência dos povos de forma mais eficaz do que o desenvolvimento do dendê em grande escala. Hoje em dia, ministros da agricultura dos países do Sul que lidam tanto com a concessão de dendê quanto com o apoio à agricultura de comunidades costumam priorizar a concessão a grandes projetos de agronegócio, em detrimento da pequena agricultura que a imensa maioria das pessoas pratica e que, potencialmente, pode beneficiar muito mais a essas pessoas e países, em termos de soberania alimentar. As grandes concessões ao agronegócio tendem a levar a importação e aumentos de preços dos alimentos, o que é outra violação do direito básico das pessoas à alimentação.

O encontro terminou com a elaboração e aprovação de uma declaração, assinada pelos participantes das comunidades. O documento faz um apelo às autoridades liberianas por justiça e declara que “Somos os legítimos donos da terra onde nossas comunidades fizeram nossas plantações, criaram nossos filhos e praticaram nossas tradições”.

A declaração completa pode ser acessada (em inglês) em [http://www.wrm.org.uy/publications/Declaration%20on%20Oil%20Palm Bopolu 11 29 2012.pdf](http://www.wrm.org.uy/publications/Declaration%20on%20Oil%20Palm%20Bopolu%2011%2029%202012.pdf). Também foi publicada uma nota à imprensa, que pode ser acessada em <http://www.wrm.org.uy/publications/OilPalmLandDeals.LiberiaPresser.12312.pdf>

[Início](#)

Em 1º de dezembro de 2012, donos de terras lesados em 36 aldeias na Chefia (forma de organização política) de Malen, afetada por grandes plantações de óleo de dendê da empresa Socfin, enviaram uma carta, através da sua associação local (MALOA), à Comissão de Direitos Humanos de Serra Leoa, denunciando abusos aos direitos humanos, como assédio permanente, agressões e intimidação. Eles declaram na carta que "... não vamos mais permitir que os funcionários da empresa agrícola Socfin e suas máquinas entrem nem operem em nossa terra." Eles se opõem ao negócio de terras que a empresa fez com o Chefe maior e autoridades da Chefia.

A Socfin Agricultural Company S. L. Limited (SAC) é uma subsidiária da belga Socfin. A SAC arrendou mais de 6.500 hectares de plantações de dendê e seringueira na chefia de Malen, distrito de Pujehunt, por mais de 50 anos, com possibilidade de prorrogação por 21 anos. Apenas metade da indenização de 5 dólares por hectare vai para os donos da terra, enquanto as mulheres simplesmente não são indenizadas. Só são oferecidos empregos não qualificados, por um pagamento muito baixo de 10.000 Leones (cerca de 2,30 dólares) por dia. A expansão das plantações a outros 5.500 hectares em condições semelhantes está em andamento.

Pesquisas feitas por ONGs locais confirmam as denúncias das comunidades e acrescenta que essas comunidades não foram consultadas, não deram seu consentimento sobre as plantações e perderam terras agrícolas. As autoridades locais estão cientes da situação, inclusive de uma reclamação das comunidades de que os funcionários da Socfin destruíram suas plantações de árvores. Apesar das várias iniciativas das autoridades para tratar da situação, as queixas não foram resolvidas.

As comunidades terminam sua carta dizendo: "É neste sentido que solicitamos humildemente sua oportuna intervenção para prevenir qualquer outra eventualidade. Estamos desesperados e não podemos mais tolerar as operações da empresa Socfin na nossas terras familiares".

A Green Scenery e outras ONGs em Serra Leoa, que trabalham com investimentos de grande escala na agricultura, estão pedindo uma moratória sobre os negócios de terras, uma revisão dos contratos de arrendamento e Memorandos de Entendimentos assinados, e de normas obrigatórias. Até hoje, mais de 20% da terra arável em Serra Leoa estão arrendados ou prestes a ser adquiridos por grandes investidores estrangeiros.

O principal acionista da Socfin é o grupo francês Bolloré, um ator central no negócio de dendê e em outros, presente em muitos países africanos e, por exemplo, conhecido por suas práticas abusivas em Camarões.

Enviado por José Rahall (jorahall@yahoo.com). A carta e a resolução da Maloa podem ser acessadas em <http://www.greenscenery.org/>. Para mais informações, ver também http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/OI_brief_socfin_agricultural_company.pdf. Sobre a Bolloré em Camarões, consulte <http://www.wrm.org.uy/bulletin/155/Bollore.html>

[Início](#)

ÁSIA

- Indonésia: plantações de dendê e "florestas plantadas" industriais violam direitos

Eliminação de leis consuetudinárias (fundamentando-se no costume) por meio de regulamentações

Em 1950, as florestas da Indonésia cobriam mais de 162.290.000 de hectares, abrangendo 80% dos 192.257.000 hectares de superfície terrestre do país. De acordo com a Lei Florestal de 1999, a área florestal de propriedade do Estado representava 133.876.645,68 hectares.

Quando se trata da política de recursos florestais e fundiários na Indonésia, há dois problemas centrais. Um é a visão do governo sobre as florestas e a forma como ele a traduz na prática; o outro é a diferença entre a forma como esse governo regula assuntos fundiários e como as pessoas regulam a propriedade da terra.

Um exame mais detalhado dos conflitos agrários em curso no país revela que a nação e o Estado não estão situados em um domínio jurídico único e unificado. As comunidades locais e os povos indígenas da Indonésia são dispersos, formando seus respectivos territórios administrativos, cada um governado por leis e culturas diferentes, na forma de clãs ou tribos. O termo tribo, ou suku, é usado para identificar a distribuição da população, enquanto clã, ou marga, identifica um território administrativo. Em alguns lugares, também se usa “clã” para a distribuição da população com base na linhagem genética.

Em quase todas as regiões da Indonésia, as comunidades praticam o manejo territorial, incluindo o manejo do uso de florestas e terras, na forma de leis geralmente conhecidas dos membros da comunidade e transmitidas oralmente, chamadas de leis consuetudinárias/locais. Essas leis são respeitadas e observadas de uma geração para outra, formando um sistema jurídico que garante que os direitos de todos os membros da comunidade sejam preservados e respeitados. Elas não podem ser alteradas sem um acordo entre todos esses membros. Ao mesmo tempo, todos podem atuar diretamente como supervisores e executores da lei, para proteger os direitos de terceiros do descumprimento. Sob esse sistema, terras e florestas são a base da identidade e da existência de um determinado grupo indígena, e parecem estar bem protegidas.

No campo da regulamentação formal, a Constituição de 1945 e a Lei Agrária Básica reconhecem normativamente as leis consuetudinárias que vêm sendo observadas e desenvolvidas pelos povos indígenas ao longo do tempo. O governo define requisitos para o reconhecimento e a aplicação de leis consuetudinárias em uma série de regulamentações, como as da Lei de Investimento Estrangeiro (PMA), a Lei Estadual de Cultivos e a Lei Florestal 41, de 1999. Contudo, as regulamentações implementadas ao abrigo da Lei Agrária Básica contrariam as leis consuetudinárias, bem como o posicionamento do governo como autoridade que comanda as florestas e como regulador agrário.

Centenas de chefes provinciais e distritais, com a autoridade conferida pela Lei Regional de 2004, emitiram milhares de licenças para plantações e, junto com o ministro da silvicultura, emitiram licenças industriais para “plantações florestais” a dezenas de milhões de hectares de terras tradicionais e comunitárias. Esse dualismo de propriedade que surge como resultado das diferentes perspectivas sobre a propriedade da terra agora se aplica a cerca de 80 milhões de hectares nas ilhas da Indonésia. Sob estas licenças de plantio, as leis consuetudinárias e o direito das comunidades a manter e manejar suas florestas são abolidos, levando à destruição das florestas por concessionárias que não podem ser controladas por governos nem pelas comunidades.

Expropriação de espaço de vida por meio de concessões

Em 2010, as plantações de dendezeiros na Indonésia cobriam mais de 7,3 milhões de hectares, dispersos em 17 províncias em Sumatra, Java, Kalimantan, Sulawesi, Molucas e Papua. Em 2012, as plantações tinham aumentado e ocupavam 9,1 milhões de hectares. Com base nos atuais processos regulatórios, pode-se prever que esta expansão continuará até chegar a, pelo menos, 30 milhões de hectares e se estender a mais cinco províncias.

Além da chamada licença para “empréstimo e uso” (izinpinjampakai), o governo está envolvido na degradação florestal através da emissão de licenças para o uso de “florestas de produção”, conhecidas como IUPHHK-HA, que permitem a produção de madeira a partir de florestas naturais, bem como autorizações conhecidas como IUPHHK-HTI, que permitem a conversão de florestas primárias e secundárias em plantações monocultoras para fins econômicos, e motivam as concessionárias a “roubar” (ou seja, assumir o controle de) florestas naturais. Até novembro de 2011, haviam sido emitidas concessões florestais para 34,6 milhões de hectares do total de 77,5 milhões de hectares de “florestas de produção”. Dos restantes 37,1 milhões de hectares, o ministério florestal está tramitando licenças para outros 5,7 milhões.

Das licenças de uso emitidas sobre quase 39 milhões de hectares de florestas, apenas 0,5% foram concedidas para benefício do povo, na forma de Plantações de Florestas do Povo (Hutan-tanaman Rakyat/HTR), abrangendo 189.903 hectares, Florestas Comunitárias (Hutan//Kemasyarakatan/HKM), cobrindo 30.387 hectares, e Florestas de Aldeia (Hutan//Desa), com 18.908 hectares. Enquanto isso, de 40.859 aldeias em 17 províncias, 1.500 – equivalentes a uma área de 11.135.011 hectares – são incluídas como parte das áreas florestais, e outras 8.662 aldeias, cobrindo uma área de 28.456.324 hectares, fazem fronteira com florestas do Estado. Enquanto os moradores dessas aldeias podem ser acusados de violar a lei ao usar as florestas do Estado, o governo fornece proteção às empresas de dendê que operam em suas florestas, segundo a Regulamentação Governamental nº 60, de 2012, que permite a essas empresas usar legalmente a floresta ao se candidatar a licenças de “empréstimo e uso” ou por meio de “renúncia florestal”.

Mudança de identidade da terra e seus impactos associados

O desenvolvimento em grande escala do dendê e das plantações industriais HTI não visa impulsionar a economia, e sim o benefício de uma série de empresas que tentam moldar leis e regulamentações para seu próprio ganho financeiro. Como todos sabemos, os grandes partidos políticos que ocupam o governo e atendem aos interesses de chefes provinciais e distritais são compostos por empresários do setor de plantações e silvicultura. Enquanto o setor de capital arrebatava espaço político na posse da terra, no manejo florestal há uma mudança de paradigma dentro do governo como regulador das políticas florestais. O interesse do governo é garantir que a autoridade sobre as florestas permaneça em suas mãos, para não desenvolver políticas que preservem as funções ecológicas da floresta.

Centenas de empresas que detêm concessões florestais não só privam as comunidades de seus direitos por meio de regulamentações formais do governo, mas também violam as próprias regulamentações através de desmatamento e outras práticas ambientalmente destrutivas. Entre os exemplos, estão a destruição de florestas de turfa em ecossistemas de manguezais de Aceh, florestas de turfa na Província de Riau e em todas as províncias de Kalimantan, e as florestas primárias em Papua.

As práticas de empresas plantadoras de dendê e madeira levaram numerosas espécies nativas diretamente à beira da extinção nas florestas primárias remanescentes. Para uma porcentagem cada vez maior da população, essas empresas geraram pobreza e resultaram em comunidades sem identidade. Enquanto algumas comunidades são expulsas de suas terras tradicionais, outras são empurradas à pobreza através da dependência do trabalho mal remunerado nas plantações de dendê.

A crença dos povos indígenas nas leis consuetudinárias que sempre observaram, bem como a distribuição e a socialização reduzidas geradas pelas leis formais do governo, vão prendê-los a uma posição onde podem perder de repente o direito ao seu território. Milhares de conflitos surgiram e estão crescendo, forçando os agricultores a enfrentar a escolha amarga entre perder sua pátria e ter que deixá-la, recebendo indenização insuficiente e trabalhando para a empresa, ou defender seus direitos sob o risco de ser criminalizados (por exemplo, acusados de invasão) pela empresa e a polícia.

Até 2012, a WALHI tinha recebido queixas e defendido comunidades em 113 casos de concentração de terras por empresas, que levaram à criminalização e prisão de 147 pessoas. Além disso, a WALHI recebeu 66 relatos de intimidação e violência, para não mencionar o assassinato de 28 pessoas e a morte de outras dez, incluindo mulheres e crianças.

Na ilha de Sumatra, em particular, além de tomar as fontes de subsistência dos agricultores e gerar trauma através da violência, as plantações de dendê contribuem em muito para a degradação ambiental com, por exemplo, assoreamento dos rios, inundações e secas, bem como a pobreza causada pela poluição entre as comunidades costeiras.

Zenzi Suhadi, WALHI - Amigos da Terra Indonésia, <http://zenzie.blogspot.com>

[Início](#)

- Filipinas: O preço, em mortes, do dendê e da mineração

A organização comunitária Pangalasag integra a aliança regional Kalumbay e é formada por indígenas higaonons no município de Opol, em Misamis Oriental. A Pangalasag, cujo nome que significa “escudo indígena”, foi criada para se tornar uma força motriz no ressurgimento de leis consuetudinárias (fundamentando-se no costume) higaonons, especialmente em processos de decisão e consentimento, além de seu significado literal, para se defender contra os agressores.

Na verdade, os higaonons tiveram que se defender de décadas de apropriação de suas terras ancestrais por outros, o que têm desgastado sua cultura e suas leis consuetudinárias. Porém, alguns de seus líderes se levantaram e formaram a Pangalasag.

A luta atual é para resistir à expansão da plantação de dendê da A. Brown Company, que, nos últimos dois anos, invadiu o domínio ancestral dos higaonons, ocupando terras tradicionais das barangays (aldeias) de Tingalan e Bagooboc.

Os povos indígenas que residem nessas áreas têm sofrido não apenas os efeitos adversos à saúde e ao meio ambiente resultantes das atividades com elevado uso de produtos químicos, características da produção de dendê. Desde o início das operações da plantação, os

higaonons e outros moradores também têm sido vítimas de graves violações aos direitos humanos, como despejos forçados, prisão ilegal, tiros dados de aviões e assédio. Isso foi denunciado por uma missão internacional de investigação levada a cabo em maio deste ano pelas organizações Pesticide Action Network-Asia and the Pacific (PAN AP), Movimento Camponês das Filipinas (KMP), Asian Peasant Coalition (APC) e Kalumbay Regional Lumad Organization (ver Boletim 180 do WRM).

Gilbert Paborada, 47 anos, era presidente da Pangalasag. Em 3 de outubro, por volta das 3 horas da tarde, estava prestes a descer de uma motorela (táxi-triciclo), quando foi baleado por dois homens em uma motocicleta, de acordo com dados iniciais coletados pelos Missionários Rurais das Filipinas (PGR) – Região Mindanao Norte.

Testemunhas disseram que um dos homens se aproximou de Paborada e disparou nele de novo, na cabeça. Paborada teve cinco ferimentos por arma de fogo: dois no peito, um na região abdominal e outro na mão. Ele morreu na hora. Os pistoleiros, em uma motocicleta branca no estilo “motocross”, fugiram rapidamente.

Desde março de 2011, Paborada havia deixado Bagooboc e se mudado para Punto, cidade de Cagayan de Oro, para fugir de ameaças à sua vida. Ele ainda frequentava sua aldeia para liderar as campanhas comunitárias da Pangalasag. No dia do assassinato, Paborada acabara de vir de Bagooboc.

Gilbert Paborada é o quarto membro do povo indígena kalumbay a se tornar vítima de execuções extrajudiciais do norte de Mindanao, durante o governo do presidente Benigno Aquino Terceiro. Além das operações de dendê, também a mineração nas Filipinas está causando mortes.

Na região das cidades de Kiblawan, em Davao do Sul, Tampakan, em Cotabato do Sul, e Columbio, em SultanKudarat, a Sagittarius Mines Inc (SMI) está realizando atividades de exploração.

Em 2002, a SMI assinou um Acordo de Assistência Financeira e Técnica com a empresa australiana de mineração de urânio Western Mining Corporation (WMC). Em parceria com a anglo-suíça Xstrata, a SMI desenvolve o grande projeto Tampakan de mineração de cobre e ouro, que abrange as áreas de Columbio, SultanKudarat, Kiblawan, Davao do Sul e Tampakan, e Cotabato do Sul, invadindo o território ancestral dos povos indígenas.

Dezoito famílias ou clãs blaans estão resistindo fortemente à mineração, pelos impactos que tem sobre suas vidas. Uma missão de solidariedade descobriu que os blaans de Bong Mal foram proibidos de ir à floresta e ao rio para obter alimentos, ervas medicinais ou água.

Apesar de interdições de alimentos, intimidação, assédio e difamação nessas áreas, eles continuam a se opor à mineração. E por causa dos muitos abusos aos direitos humanos em Bongmal, o clã Blaan encarregou um de seus membros, Daguil Capion, de proteger seus domínios ancestrais. Ele declarou uma pangayaw (guerra tradicional) contra a Xstrata-SMI.

Em sua comunidade, Daguil é um herói guerreiro. No entanto, ele e outros homens blaans que estão em pangayaw são considerados fugitivos, e agora, são alvo de processos criminais pelos militares.

Em 18 de outubro de 2012, um ataque militar assaltou a casa de Daguil, matando sua esposa

Juvy Capion e dois de seus três filhos – bem um nascituro. Em entrevista por telefone celular à rede de rádio católica DxCP na cidade de General Santos, Capion negou que estivesse em casa quando os soldados a atacaram com fogo pesado, com sua esposa e filhos ainda dormindo dentro.

Juvy Capion era conhecida não só pelo papel importante de seu marido Daguil Capion na causa pangayaw, mas porque ela própria foi uma lutadora em sua terra natal. Juvy foi uma das mulheres blaans em Bong Mal que se opuseram fortemente às operações da Xstrata-SMI, estando nas linhas de frente durante ações de protesto, barricadas e diálogos. Juvy era líder da Kalgad, uma organização de povos indígenas blaans que resistem às operações de mineração em seus domínios ancestrais. Ela disse que eles têm protestado contra a Xstrata-SMI, mas nenhuma atitude foi tomada pelo governo para resolver o problema deles.

Juvy havia denunciado que, com a entrada da mineradora em seu território, eles foram impedidos de garantir o alimento para a família e a comunidade, foram restringidos em sua uma, ou terra agrícola elevada, não poderiam mais plantar livremente nas montanhas nem praticar aksafu (partilha de alimentos ou qualquer fruto do seu trabalho com as outras famílias blaans).

“A menos que a SMI pare suas operações e vá embora, não vai haver paz em nossa comunidade”, Juvy havia dito em uma discussão de grupo focal realizada quatro dias antes do massacre que tirou a sua vida e a de seus filhos, John e Pop. Ela acusou a empresa de intimidar as pessoas com os militares, para que elas cedessem ao projeto de mineração, e acrescentou que quase todos os lugares em Bong Mal têm um destacamento militar, mas não há uma escola próxima, de forma que as crianças, por vezes, têm medo de estudar.

Pior ainda, a mineração deteriorou a relação entre os membros da comunidade. Como Juvy tinha explicado, a SMI influenciou falsos líderes tribais nomeados pela unidade de governo local com coisas materiais, como veículos com tração nas quatro rodas, e eles finalmente deram permissão para o projeto. A empresa também contratou pessoas da comunidade, na condição de membros do Comitê de Reassentamento (RC), que está sendo usado para convencer os moradores a concordar com o projeto e para discutir com eles o plano de reassentamento e outros “benefícios”. “A SMI provoca desunião até entre as famílias”, Juvy reiterou. A comunidade agora está dividida em famílias favoráveis e contrárias à mineração.

Juvy havia incentivado os blaans a recuperar a unidade, para ser unidos e se ajudar uns aos outros, como antes, quando a Xstrata-SMI ainda não tinha invadido seus territórios ancestrais. Ela também acrescentou que sua luta deve inspirar a próxima geração para preservar e proteger seus domínios ancestrais no futuro. “Maganda na mapalakang pagtuturosakasaysayangnng tribo namin labansa Xstrata-SMI (Devemos ensinar à nossa geração mais jovem a história da nossa luta contra a Xstrata-SMI),” foram suas palavras.

Artigo baseado em (1) Campaign Alert – Justice For Gilbert Paborada, de Aldaw Indigenous Network, email: aldaw.indigenounetwork@gmail.com, <http://www.facebook.com/Aldaw.network.palawan.indigenou.advocacy?v=wall>; (2) “Juvy Capion, Blaan woman fighter”, da Philippine Task Force for Indigenous People’s Rights, enviado por The ALDAW Team; (3) “Philippines: Another Indigenous Tribal Leader Slain In Misamis Oriental”, Indigenous Peoples Issues and Resources, http://indigenoupeoplesissues.com/index.php?option=com_content&view=article&id=16402

- Malásia: plantações industriais de acácia violam e ameaçam os direitos dos povos indígenas

O governo do estado de Sarawak concedeu uma área total de 490.000 hectares a plantações industriais de acácia, a maior área deste tipo na Malásia. Acredita-se que um consórcio chamado Grand Perfect Sdn. Bhd., composto por três empresas, vai estabelecer 150.000 hectares de plantações de acácias na área plantável dentro desta concessão. Uma avaliação de impacto ambiental identificou 240 comunidades indígenas dayak – casas comunais – dentro da área de concessão.

Em 2011, cinco comunidades indígenas iban (dayak), que compartilham dois territórios comunais consuetudinários dentro da área de concessão – um na área Satai, que inclui as comunidades de Rumah Mering, Rumah Mujah e Rumah Belaja, e outro território em Sungai Binyo (Rio Binyo), incluindo as comunidades de Rumah Sengok e Rumah Mikai – manifestaram sua preocupação com essa concessão em um memorando às autoridades do estado de Sarawak e ao governo federal.

Em primeiro lugar, declararam não ter sido informadas nem consultadas, e que nunca deram sua permissão à concessão para as plantações de acácia emitida pelo governo, o que é uma profunda violação dos direitos desses povos.

No mesmo documento enviado às autoridades, as comunidades afirmam que têm direitos consuetudinários (fundamentando-se no costume) à terra. Além disso, a documentação mostra seu assentamento histórico na região, incluindo uma carta do então príncipe herdeiro de Sarawak, Rajah Vyner Brooke, de 1939, concedendo-lhes autoridade sobre suas terras, bem como um documento de 1955 que mostra o limite de seu território, como acordado com as comunidades vizinhas, além de outras provas documentais.

No entanto, o Departamento de Terras e Agrimensura de Bintulu emitiu uma carta afirmando que as comunidades viviam em terras do Estado, sem licença. Dada a documentação mencionada acima, as comunidades alegam que a afirmação do Departamento é totalmente infundada e reafirmam seus direitos consuetudinários, baseados em evidências documentais históricas. Também acrescentam que, apesar de não possuírem os títulos da terra, várias leis da Malásia, incluindo a Constituição do país, protegem e reconhecem os direitos consuetudinários e que existe jurisprudência em favor desses direitos.

Além disso, as comunidades questionam que, se os líderes de suas cinco comunidades foram oficialmente nomeados pelo governo, como este governo pode não reconhecer os direitos dessas comunidades às suas terras, que tradicionalmente necessitam para sobreviver como comunidades indígenas?

As comunidades não apenas têm problemas com as plantações de árvores na área de concessão; elas também se queixam de que parte de suas terras tradicionais foi declarada reserva florestal da terra em 2009 – a Reserva Florestal Sujan – sem que elas tenham sido informadas e sem pedir sua permissão.

Além disso, as comunidades denunciam que o Departamento de Terras e Agrimensura de

Bintulu as instruiu a desocupar as cabanas em suas terras agrícolas e as alertou de que suas propriedades serão destruídas, removidas ou transferidas (o que aconteceu anteriormente com alguns donos de terras). Tudo isso é feito de modo que suas terras tradicionais, onde construíram suas vidas e meios de subsistência, possam ser tomadas para o desenvolvimento de plantações.

O processo de perda de terras agrícolas já está em andamento e afeta as comunidades, tornando mais difícil a obtenção de alimentos. Outros materiais e alimentos necessários de áreas florestais comunitárias também são restringidos. E, para piorar a situação, centenas de trabalhadores de fora, contratados pela empresa de plantações, invadiram as florestas para coletar e caçar. Os rios, única fonte de água potável disponível às comunidades, ficaram lamacentos e extremamente poluídos pelas atividades de plantio.

Além disso, as comunidades se queixam de que a única “resposta” que receberam até agora sobre suas objeções à concessão da licença foi pressão e muitas ameaças, tanto do proponente do projeto, bem como de pessoas de fora.

No memorando, as cinco comunidades exigem do governo do estado de Sarawak que:

- (a) “O Departamento Florestal de Sarawak cancele urgentemente a licença de plantio (LPF001/LPF043) do Projeto de Reflorestamento da Grand Perfect Sdn Bhd, que está dentro do nosso território nativo consuetudinário.
- (b) O Departamento de Terras e Agrimensura de Bintulu suspenda os avisos nos obrigando a desocupar nossas terras nas áreas de Satai Sungai e Sungai Binyo.
- (c) O Departamento Florestal retire nosso território consuetudinário da Reserva Florestal de Sujan. Isso porque a declaração da reserva florestal violou os nossos direitos fundamentais como nativos de Sarawak.
- (d) O Governo do Estado de Sarawak proporcione proteção especial a nossa terra consuetudinária para que possamos continuar a praticar nossa cultura e nossa tradição como ibans. Isto está em sintonia com a responsabilidade ética do Governo e seus deveres fiduciários para com os povos indígenas.
- (e) Nossa maior necessidade agora é a construção de estradas de Bintulu a nossas casas comunitárias em Sungai Satai, Binyo, Pandan, além de hospitais, clínicas, água potável limpa e outros serviços. Isso faz parte da infraestrutura que devemos receber, e não a limpeza de território consuetudinário para plantações de acácia que podem trazer muitos problemas e ameaçar nossas vidas e meios de subsistência”.

No final do seu memorando, as comunidades declaram: “... esperamos que o governo encontre imediatamente uma solução amigável e justa, atendendo a nossas reivindicações. Nós, o povo iban de Sungai Satai, Pandan e Binyo, nunca iremos vender nem liberar nossas terras consuetudinárias para pessoas de fora”.

Fonte: baseado em informações enviadas por Sahabat Alam Malásia (Amigos da Terra Malaysia)

Início

AMÉRICA LATINA

- Brasil: Belo Monte, um projeto hidrelétrico ilegal e imoral, que viola vários direitos

No início de dezembro deste ano, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou que liberará um novo empréstimo de R\$ 22,5 bilhões para a hidrelétrica de Belo Monte, o maior de sua história. Somando-se os dois empréstimos já concedidos ao Consórcio Norte Energia, responsável pela construção da usina – R\$ 1,1 bilhão em meados de 2011, e R\$ 1,8 bilhão em fevereiro de 2012 -, o banco aporta 25,4 bilhões em um projeto que contraria todas as normas técnicas, jurídicas e econômicas obrigatoriamente aplicadas neste tipo de operação.

Com a menor capacidade de geração de energia de todos os projetos hidrelétricos do país, tomando-se como base o potencial anunciado de 11 mil MW, Belo Monte produzirá em média apenas 39% da eletricidade prometida pelo governo. Em função de ilegalidades no processo de licenciamento, na remoção das populações afetadas e na consulta às populações indígenas, desde 2001 foram ajuizadas 15 ações do Ministério Público Federal (MPF), 21 da Defensoria Pública e 18 ações de organizações da sociedade civil contra Belo Monte - sendo que uma das ações civis públicas do MPF aguarda julgamento de mérito no Supremo Tribunal Federal (STF). Questionado pelo MPF, o BNDES não apresentou nenhuma prova de que tenha feito qualquer análise de viabilidade econômica e de classificação de risco do Complexo Belo Monte, exigida pela Resolução no. 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Apesar do Banco ainda não contar com um guia socioambiental com diretrizes para orientar financiamentos para o setor hidrelétrico, como demandam as Resoluções 2022/10 e 2025/10 que instituíram a Política de Responsabilidade Social e Ambiental e nova Política Socioambiental do Sistema BNDES, o banco afirma aplicar alguns critérios nas suas operações de financiamento. Entre eles:

1. Avaliação do beneficiário no que tange às suas políticas, práticas e gestão socioambiental, inclusive no ambiente externo, considerando articulação com políticas públicas e o desenvolvimento local e regional sustentável, tendo como referência o conceito de Responsabilidade Social e Ambiental;
2. Realização de uma avaliação do beneficiário sobre a sua regularidade junto aos órgãos de meio ambiente, pendências judiciais e efetividade da atuação ambiental;
3. Avaliação do empreendimento no que tange os aspectos relativos a eficiência, adoção de processos e produtos social e ambientalmente sustentáveis, emissões de gases de efeito estufa;
4. Avaliação do atendimento a exigências ambientais legais, em especial o zoneamento ecológico-econômico e o zoneamento agroecológico, e verificação da inexistência de práticas de atos que importem em crime contra o meio ambiente;
5. Inclusão de possíveis condicionantes de natureza social e/ou ambiental estabelecidas a partir da análise realizada (do cliente e do empreendimento), em complemento às exigências previstas em lei;
6. E, na fase de Acompanhamento da operação, devem ser verificados:
 - as regularidades fiscal, previdenciária e ambiental do beneficiário e do empreendimento;
 - o cumprimento de eventuais medidas mitigadoras, obrigações em termos de ajuste de

conduta e condicionantes presentes no contrato e nas licenças ambientais;

- o acompanhamento dos indicadores sociais e ambientais para monitoramento e avaliação do beneficiário e do empreendimento;

No caso de Belo Monte, porém, não houve aplicação de critérios por parte do BNDES para liberar os financiamentos. A hidrelétrica é um empreendimento sobre o qual ainda pesam 53 ações jurídicas (apenas uma tramitou em julgado), no entanto não houve nenhuma análise da “regularidade jurídica” do projeto.

As condicionantes sociais, ambientais e indígenas de Belo Monte – sob responsabilidade da Norte Energia e Funai, e estipuladas pelo governo para minimizar os impactos da obra - não foram cumpridas, o que tem causado consecutivos protestos por parte dos atingidos. O BNDES não fez nenhuma análise do “cumprimento de eventuais medidas mitigadoras e condicionantes presentes no contrato e nas licenças ambientais” do projeto.

Os índices de desmatamento da região de Altamira têm atingido recordes mês a mês. , de acordo com dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER). Os índices de violência e assassinatos, da mesma forma. O custo de vida para a população local, em termos de preços de alimentos, moradia, saúde e outros itens básicos, idem. O BNDES não fez nenhum acompanhamento dos “indicadores sociais e ambientais” do projeto.

As estruturas de saúde, educação, saneamento, segurança e outros serviços básicos nos municípios da região – em especial Altamira – colapsaram. O BNDES não fez nenhuma análise das “políticas, práticas e gestão socioambiental, inclusive no ambiente externo, considerando articulação com políticas públicas e o desenvolvimento local e regional sustentável” do projeto.

No início de 2012, a Norte Energia foi multada em R\$ 7 milhões pelo Ibama por descumprimento de condicionantes, fato ignorado pelo BNDES; dezenas de ribeirinhos e agricultores perderam casas e terras sem indenização devida (tendo motivado inúmeras ações contra o empreendimento), fato ignorado pelo BNDES; a drástica diminuição de peixes e a mortandade de quelônios na Volta Grande do Xingu é um fato, e o Banco não propôs quaisquer “condicionantes de natureza social e/ou ambiental estabelecidas a partir da análise realizada (do cliente e do empreendimento), em complemento às exigências previstas em lei”.

Greves e revoltas dos trabalhadores em função de irregularidades trabalhistas se repetem ano a ano, tendo culminado, recentemente, em ação que destruiu estruturas dos canteiros e paralisou as obras.

Todos estes fatores apontam para uma violação planejada e consciente das legislações e das normas de proteção socioambiental por parte do governo brasileiro, cuja pressão sobre o BNDES e órgãos regulamentadores, como Ibama e Funai, concretizou o licenciamento e o financiamento de Belo Monte. Servidores que discordaram desta prática, como os presidentes do Ibama Roberto Messias e Abelardo Bayma, tiveram que deixar seus cargos.

Belo Monte recebeu a promessa de mais R\$ 22,5 bilhões para dar continuidade às obras e aos processos de violações dos direitos humanos no Xingu. Esse dinheiro advém, em grande parte, do PIS-PASEP e FGTS, alocados no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). É dinheiro do povo brasileiro, que nunca foi consultado sobre sua concordância ou não com a

construção da usina.

Dezenas de organizações sociais de todo o país e do exterior estão apelando agora ao Judiciário brasileiro que julgue as ações contra Belo Monte. Petições, cartas e pedidos de audiência ao Supremo Tribunal Federal, ao Tribunal Regional Federal e ao Conselho Nacional de Justiça pedem celeridade na apreciação dos processos, todos parados nas diversas instâncias. As organizações também apelaram ao MPF e ao BNDES que não sejam liberados novos recursos até que sejam analisadas todas as ilegalidades da hidrelétrica. Diante de um governo violador, diante de um projeto ilegal e imoral, só resta que a Justiça faça justiça.

Enviado por Verena Glass (verena@reporterbrasil.org.br). Para mais informações sobre Belo Monte veja o site www.xinguvivo.org.br e <http://www.prpa.mpf.gov.br/news/2010/noticias/belo-monte-os-problemas-do-projeto-e-a-atuacao-do-mpf>

[Início](#)

- Honduras: Baixo Aguán – Grito pela Terra: novo vídeo denúncia violações do modelo explorador do dendê

O vídeo “Bajo Aguán: Grito por laTierra” (1), foi apresentado em 10 de dezembro, em Honduras, como parte de um Fórum sobre Direitos Humanos organizado pelo Comitê de Familiares de Presos Desaparecidos em Honduras.

Através deste documentário, tenta-se expor em nível internacional o estado de ameaça constante em que vivem os camponeses da zona do Baixo Aguán, em Honduras. Destina-se a “desmascarar o modelo de produção explorador, baseado em monocultivos em grande escala, neste caso, o dendê, que viola os direitos humanos em seu sentido mais amplo. O monocultivo de dendê concentra a terra, expulsa populações, nega-lhes o direito à terra, afetando sua soberania alimentar. Mas também criminaliza e reprime com violência os protestos sociais, negando os direitos mais elementares a milhares de famílias camponesas organizadas” comentou Giorgio Trucchi, correspondente da Rel-UITA, durante a apresentação. (2)

O monocultivo do dendê em Honduras vem sendo promovido desde os anos 70 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A partir dos anos 90, a aprovação da Lei de Modernização e Desenvolvimento do Setor Agrícola favoreceu a concentração e a reconcentração da terra, principalmente em mãos de três grupos econômicos muito poderosos, e impulsionou os monocultivos em grande escala.

Com o tempo, e diante do aumento da demanda internacional pelo dendê, os latifundiários trataram de expulsar milhares de famílias camponesas para ampliar suas plantações.

Mas o campesinato também precisava de terra, principalmente depois do furacão Mitch, que, em 1998, deixou muitas famílias sem recursos. Desde aquele momento, os camponeses criaram um grande número de empresas agrícolas associativas em terras da Reforma Agrária, que beneficiavam a mais de 20.000 pessoas. A partir de 2000, depois de infrutíferas e longas negociações, eles decidiram recuperar suas terras, iniciando um processo de recuperação de terras semeadas com dendê, as quais reivindicavam como suas (3).

O conflito pela terra foi se acirrando em um contexto político cada vez mais polarizado, até que, em 2009, os setores mais conservadores deram um golpe de Estado. O novo governo do conservador Porfirio Lobo não deu resposta às necessidades do campesinato. Foi aí que as organizações camponesas lançaram uma forte ofensiva para recuperar mais de 20.000 hectares. A resposta não demorou; à medida que a mobilização do campesinato aumentava, intensificou-se a repressão, a tortura e a morte de camponeses. Seus responsáveis são diferentes atores a serviço dos latifundiários da região.

Ainda que, atualmente, a situação pareça ter se normalizado, a tensão no Baixo Aguán continua, e a repressão ao movimento camponês – organizado na luta para defender seu direito à terra – espalhou-se, em estado de total impunidade. Os responsáveis por esses crimes e violações de direitos humanos não foram presos.

“Depois do golpe de Estado, sofremos muito mais violações aos direitos humanos aqui, porque houve mais assassinatos – já não assassinatos esporádicos, e sim mais continuamente. O problema é que as autoridades sempre governaram para a oligarquia, para os grandes empresários. De modo que aqui, para os mais necessitados, para os mais pobres, não há justiça. Esse foi o problema enfrentado pelos companheiros e companheiras... foram assassinados, baleados e perseguidos”, afirma, no vídeo, Haydee Sarabia, Secretária-Geral da Coordenadora de Organizações Populares do Aguán (COPA).

Segundo Gilberto Ríos, da FIAN Honduras, os latifundiários também criaram um exército particular, com guardas de segurança, que poderiam ser inclusive considerados, em determinado momento, como mercenários. Capturam, torturam, investigam como se fossem uma instituição do Estado. De tal maneira que a maioria dos mortos no Baixo Aguán é atribuída aos seguranças”.

Mas, apesar da repressão, o campesinato continua se organizando no Baixo Aguán, defendendo seu direito à terra. “Temos muitos companheiros camponeses mortos pela mesma causa, porque o nosso delito é lutar, é exigir nossos direitos, nossas terras, onde, como camponeses, cultivamos o milho, o feijão, a mandioca, tudo isso, e de repente o latifundiário não quer, ele diz que não podemos cultivar a nossa terra. Mas por isso estamos lutando, e continuaremos com nossa bandeira erguida,” afirma Francisco Correa, da comunidade Nueva Vida.

1.- Vídeo produzido por Alba Sud e a Rel-UITA, com a colaboração do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), FIAN Internacional e Coordenadora de Organizaciones Populares del Aguán (COPA). Acesse o vídeo em espanhol em:

http://wrm.org.uy/paises/Honduras/Grito_por_la_Tierra.html

Em breve, o vídeo também estará disponível em português, inglês e francês.

2.- Ver “Monocultivo: Un ataque directo a la soberanía alimentaria. Fue presentado video sobre el Bajo Aguán”

http://www6.rel-uita.org/agricultura/alimentos/soberania_alimentaria/monocultivo-ataque_directo_a_la_soberania_alimentaria.htm

3.- Ver Boletim 176 do WRM <http://www.wrm.org.uy/boletin/176/Honduras.html>

[Inicio](#)

- Chile: comunidades mapuches recuperam seus territórios ancestrais usurpados por

empresas florestais

No Chile se debate a modificação do Decreto 701, promulgado durante os primeiros anos da ditadura militar e que há anos fomenta a expansão florestal em grande escala através de numerosos subsídios e ao custo da violação dos direitos das comunidades Mapuche, violentamente expulsas de suas terras até ser marginalizadas em seu próprio território.

A modificação do decreto pretende, através do fomento florestal em terras de camponeses e indígenas, dos 2,6 milhões de hectares plantados atualmente, aumentar a área florestal para 5,7 milhões de hectares. A partir do governo, promove-se atividade florestal utilizando falsas promessas dos supostos benefícios que a atividade traria a camponeses e indígenas. Atualmente, estima-se que ainda existam 2 milhões de hectares em mãos de camponeses e indígenas, sobre os quais se poderiam expandir as plantações de árvores.

No entanto, as comunidades mapuches conhecem bem os resultados de dezenas de anos de políticas de expansão florestal. Em primeiro lugar, porque essa expansão aconteceu precisamente sobre seus territórios. Além disso, porque, como resultado do modelo florestal, as comunas com maior presença florestal são as mais pobres do país e estão nos últimos lugares do Índice de Desenvolvimento Humano. As três regiões do sul centradas na atividade florestal são as mais pobres do Chile. Também foram testemunhas da desapareição da floresta nativa, da destruição das fontes de água, da perda de biodiversidade, da migração forçada às cidades e, definitivamente, da destruição de sua cultura.

Os mapuches vêm lutando pela recuperação de seu território durante anos e, como resultado, têm sido vítimas de violenta repressão e criminalização por resistir à ocupação de suas terras. Não obstante, não estão dispostos a se render. Atualmente, Há vários processos de resistência e recuperação do território.

Comunidades lafkenches, nas localidades de Carahue e Tirúa Sul, iniciaram um processo de recuperação de suas terras ancestrais. Sessenta famílias retomaram 2.000 hectares de terra que lhes pertencem e que estavam sendo ocupados de forma ilegítima, principalmente pela floresta Mininco, um dos principais grupos econômicos do Chile.

Mesmo que ainda não tenham se instalado para viver na área recuperada, como primeiras medidas estão arrancando os pinus novos para, em seguida, começar a cercar e semear. Já plantaram 300 hectares de cultivos, e as primeiras colheitas são esperadas para fevereiro. Eles realizaram tarefas de inspeção do terreno, pois, mesmo que o conheçam, não sabem – em termos produtivos – em que situação se encontra depois de tantos anos submetido à aplicação de químicos por parte das empresas florestais. Tiveram que fazer experimentos e testes para ver se a semeadura efetivamente acontecia. Começaram a realizar cerimônias “guillatunes” (1) em seu espaço sagrado. “Temos feito guillatunes e trabalhado na semeadura”.

A Mininco, que se encontra em processo de certificação de suas plantações por parte do selo FSC, parecia não estar disposta a negociar nem a reconhecer que essas terras pertencem às comunidades Mapuche. Pelo contrário, têm havido enfrentamentos violentos e, inclusive, se criminalizaram integrantes das comunidades.

Quiseram responsabilizar os mapuches pelos incêndios em prédios das empresas florestais, apesar de haver evidências que mostram que elas atentaram contra si próprias para poder

cobrar o seguro das plantações incendiadas, pois estavam afetadas pela vespa-da-madeira.

As comunidades mapuches estão reescrevendo sua história. Nas palavras de um desses companheiros: “Queremos passar à história como os que recuperamos nosso território”.

(1) O guillatún é um ritual mapuche de conexão com o mundo espiritual para pedir bem-estar, fortalecer a união da comunidade ou agradecer os benefícios recebidos. É realizado para pedir que haja tempo bom, na época do plantio e colheita, para que não haja doenças e que haja alimentos em abundância, por uma espiritualidade forte e com vitalidade. Cada comunidade realiza o guillatún regularmente, pelo menos uma vez por ano.

Teresa Pérez, WRM, teresap@wrm.org.uy, baseado em dados obtidos durante uma visita local à região com integrantes do Observatório Latinoamericana de Conflitos Ambientais (OLCA), realizada em novembro de 2012.

Início

POVOS EM AÇÃO

- Senegal: Declaração Final do Fórum Internacional da Agricultura Familiar

Representantes de organizações de agricultores e produtores, membros do CNCR, bem como outras plataformas nacionais participantes da ROPPA (Rede de Organizações de Agricultores e Produtores da África Ocidental), reuniram-se de 20 a 22 novembro de 2012 em Dacar, no marco do Fórum Internacional “A agricultura familiar é a principal fornecedora de alimento e riqueza na África Ocidental”.

Os participantes confirmaram a importância dos papéis atuais e potenciais da agricultura familiar e reconheceram que, enquanto ela enfrentar muitas restrições associadas a um ambiente socioeconômico desfavorável, ainda não terá mobilizado todo o seu potencial e terá oportunidades para crescer e contribuir consideravelmente com as diferentes funções relacionadas à agricultura, a saber, alimentação da população, criação de riqueza e empregos, e gestão sustentável dos recursos naturais.

Houve condenações à concentração de terras, ao agronegócio e aos programas de desenvolvimento e crescimento elaborados sem consulta nem negociação com os agricultores familiares, por meio de suas organizações.

A necessidade atual é responder à seguinte questão: Quais investimentos, para quais sistemas de produção, para qual produto, para qual mercado e para benefício de quem? Leia a declaração integral em <http://viacampesina.org/downloads/pdf/en/final-statement-forum-dakar-cncr.pdf>

Início

- Indonésia: RSPO não toma medidas contra empresa que derruba florestas ancestrais e comente abusos aos direitos humanos

O organismo de certificação Mesa Redonda do Dendê Sustentável (RSPO) deixou de agir

contra uma empresa que busca o selo da RSPO, que terraplenou terras agrícolas e florestas que pertencem à comunidade indígena de Muara Tae, ajudada por policiais armados trazidos para proteger a empresa por meio de intimidação.

A PT Borneo Surya Mining Jaya (PT Borneo), subsidiária da First Resources Ltd, afirmou falsamente ter obtido o consentimento de comunidades locais para uma plantação de dendê em suas terras em Kutai Barat, Kalimantan Oriental, e ter realizado Avaliações de Impactos Sociais e Ambientais correspondentes a suas obrigações como membro da RSPO. No entanto, a Environmental Investigation Agency (EIA), com sede em Londres, apresentou uma denúncia abrangente à RSPO, em 17 de outubro deste ano, listando violações dos Princípios e Critérios do organismo e seus Procedimentos para Novos Plantios.

De acordo com as suas próprias orientações, a RSPO deveria ter determinado se a queixa era legítima dentro de duas semanas a partir de sua apresentação a seu Painel de Queixas. Aceitar a denúncia como legítima teria obrigado a First Resources a interromper a operação em Muara Tae até que a disputa fosse resolvida. No entanto, o secretariado da RSPO não fez isso até o momento e, repetidas vezes, deixou de informar à EIA sobre o prazo para a sua decisão, três semanas depois de receber a denúncia.

A comunidade rejeitou várias vezes a plantação proposta – visão que foi inteiramente ignorada. Na verdade, embora oferecesse a perspectiva de diálogo a Masrani, o chefe da aldeia, em Cingapura, a First Resources estava simultaneamente preparando para terraplenar a terra de seu pai (veja uma referência ao filme Manufacturing Consent na seção Recomendados, abaixo).

[Início](#)

- Laos: Ativista social Sombath Somphone está desaparecido

Sombath Somphone, respeitado ativista social vencedor do prêmio internacional Ramon Magsaysay de 2005 por sua liderança comunitária, além de fundador e ex-diretor do Centro de Formação e Desenvolvimento Participativo, está desaparecido desde 15 de dezembro deste ano. Parentes disseram que ele não havia voltado para casa e que não tinham informações sobre seu paradeiro.

Em 18 de dezembro, um grupo de organizações da sociedade civil tailandesa enviou uma carta urgente a várias agências locais, incluindo o gabinete do primeiro-ministro, a Assembleia Nacional, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério de Segurança Pública, solicitando uma investigação sobre seu desaparecimento.

Ativistas tailandeses de direitos humanos que conhecem Sombath acreditam que ele possa ter tido algum conflito com as autoridades do Laos, já que se opôs a vários projetos de desenvolvimento do governo com grave impacto social ou ambiental.

<http://www.nationmultimedia.com/politics/Concern-grows-as-Laos-denies-knowledge-of-missing--30196412.html>

[Início](#)

- Declaração dos Movimentos Sociais da Ásia sobre Mudanças Climáticas, na Assembleia

dos Movimentos Sociais da Ásia

Entre 26 e 30 de Novembro de 2012, o 5º Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) foi realizado em Manila, nas Filipinas. O FSMM é um dos processos temáticos do Fórum Social Mundial (FSM).

Na reunião, movimentos sociais asiáticos fizeram uma declaração sobre a situação das negociações climáticas em curso, denunciando, entre outras coisas, que “com as propostas atuais, os países desenvolvidos não apenas vão conseguir escapar de compromissos diluindo obrigações em promessas voluntárias, mas também criarão mais mercados de carbono e brechas para não realizar qualquer ação”. E terminam dizendo: “A humanidade e a Natureza estão diante de um precipício. Mas não é tarde demais. Sabemos o que precisa ser feito e, se o fizermos juntos, podemos mudar o sistema”.

A declaração completa pode ser lida em: <http://viacampesina.org/en/index.php/actions-and-events-mainmenu-26/-climate-change-and-agrofuels-mainmenu-75/1349-statement-of-asia-social-movements-on-climate-change-at-the-asia-social-movements-assembly>

[Início](#)

- Chile: Suspensão das obras do projeto mineiro Pascua Lama

Uma resolução do Serviço Nacional de Geologia e Mineração do Chile determinou o fechamento total temporário dos trabalhos de Perfuração e esvaziamento de materiais do projeto mineiro Pascua Lama, localizado na Província do Huasco, na região do Atacama, por terem sido encontradas violações ao regulamento de segurança da mineração: excesso de material fino em suspensão – com alto risco para a saúde das pessoas – derivado dos processos de exploração da mina.

Membros da Comissão de Recursos Naturais anunciaram que visitarão a zona e não descartaram solicitar a reavaliação ambiental do projeto, caso encontrem irregularidades.

<http://www.biobiochile.cl/2012/11/10/semageomin-determina-cierre-temporal-de-trabajos-de-proyecto-minero-pascua-lama.shtml>

[Início](#)

- Equador: Atacam e expulsam povos ancestrais do manguezal

Às 9 da manhã de quarta-feira, 4 de dezembro, membros uniformizados da Polícia Nacional queimaram casas e plantações de colonos e famílias de Bilsa, distrito de Muisne, província de Esmeraldas. A comunidade habita o lugar desde épocas ancestrais e tem se dedicado à coleta de caranguejos e à agroecologia. Trata-se de pessoas que vivem nessas terras há mais de 20 anos, o que lhes dá direito à titulação, conforme o que dita o Código Civil.

Os Povos Ancestrais do Ecossistema do Mangue, agrupados na Coordenadora Nacional para a Defesa do Ecossistema do Mangue (C-CONDEM) rechaçam de maneira enérgica e categórica esse ato criminoso, e denunciam que “essa ação de violação aos direitos humanos dos povos do manguezal é mais uma das que se vão contabilizando na costa equatoriana,

nos últimos meses, onde se expulsa os povos do manguezal por ordem das autoridades, como é o caso de Verdún, na província de Manabí, de Bajo Alto, na província de El Oro, dos colonos do pântano salgado, em Guayas, seja por solicitação dos supostos donos ou por acusações de danos à natureza, enquanto as políticas de governo legalizam milhares de hectares a favor dos industriais da aquicultura do camarão, usurpadores de nosso território”.
<http://www.ccondem.org.ec/boletin.php?c=1238>

Início

- Bolívia: Carta dos povos da Pan-Amazônia

Em 1º de dezembro passado, celebrou-se o 4º Fórum Social Pan-Amazônico, em Cobija, na Amazônia boliviana, tríplice fronteira entre Peru, Brasil e Bolívia. “Sob a proteção da seringa e da castanha, símbolos da Amazônia boliviana”, os povos amazônicos lançaram um chamamento pela unidade para transformar o mundo.

E expressaram: “Em nossas terras e rios se desenvolve uma batalha decisiva para os destinos da Humanidade. De um lado, as corporações transnacionais, o agronegócio e as grandes empresas de mineração que promovem a destruição de nossas florestas e nossas águas em nome de um progresso que beneficia tão somente os donos do capital. De outro, estamos nós, indígenas, camponeses e camponesas, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras dos campos, da mata e das cidades, lutando por nossos territórios, pelos direitos da Mãe-Terra, por nossas culturas, por nossos direitos de viver bem, em harmonia com a natureza.”

A carta pode ser lida em http://wrm.org.uy/paises/Amazonia/Carta_de_Cobija.html

Início

RECOMENDADOS

- **“Manufacturing Consent”** é um filme que apresenta evidências e testemunhos em primeira mão dos abusos cometidos pela empresa PT Borneo Surya Mining Jaya (PT Borneo) em Muara Tae. A empresa, subsidiária da First Resources Ltd, derrubou campos agrícolas e florestas pertencentes à comunidade indígena de Muara Tae, ajudada pela intimidação de policiais armados trazidos para protegê-la, enquanto tenta obter a certificação RSPO a partir de informações falsas. O filme, lançado pela Environmental Investigation Agency (EIA), de Londres, põe a nu o impacto que a concentração de terras por parte da First Resources tem na vida das pessoas de Muara Tae. Manufacturing Consent pode ser visto em <https://vimeo.com/52941829> e a queixa formal da EIA pode ser lida em <http://ow.ly/f5vhE>.

Início

- **“Empresas de mineração e plantação denunciadas por abuso de direitos”**, manchete do Jakarta Post, informa que as empresas de mineração e plantações estão entre os atores que devem ser considerados responsáveis por inúmeros abusos aos direitos humanos no país, de acordo com um relatório da Comissão Nacional de Direitos Humanos (Komnas HAM). A comissão revelou que as empresas ficaram em segundo lugar – atrás da Polícia Nacional –

em sua lista de instituições denunciadas por violações de direitos humanos.

<http://www.thejakartapost.com/news/2012/12/12/mining-plantation-firms-reported-rights-abuses.html>

[Início](#)

- **“World Summit on Sustainable Forest (-destruction)”** é um blog satírico sobre a cúpula que será realizada em 5 e 6 de março de 2013, em Estocolmo (Suécia). Você está convidado a participar ou acompanhar esta Cúpula da Falsificação Mundial sobre a destruição de florestas sustentáveis. Algumas das questões centrais da agenda:

- Podemos encontrar uma maneira de rebatizar as plantações de monoculturas como sustentáveis?
- Existe uma maneira de fazer com que o falido sistema de comércio de carbono pareça fazer parte da solução para a crise climática?
- A quais florestas podemos aplicar este irmão emergente do Mecanismo de Desenvolvimento do Lucro (também conhecido como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo)?
- Como podemos fazer uma lista de incentivos ao desmatamento sem mencionar o capitalismo e o excesso de consumo nos países ricos?
- Como fazemos para que os chamados ativistas amigos pareçam heróis lutando pelo ambiente (e, portanto, negligenciamos todos os ativistas verdadeiros)?

<http://www.ejolt.org/2012/12/world-summit-on-sustainable-forest-destruction/>

[Início](#)

- **“Mapa de conflitos mineiros na América Latina”**, base de dados e sistema de informação para a gestão comunitária de conflitos socioambientais em mineração na América Latina, do Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL) e OLCA,

http://basedatos.conflictosmineiros.net/ocmal_db/

[Início](#)
